



Cidade das Orquídeas



EMANCIPAÇÃO LEI
Nº 4.571/91 PUBLICADO
NO DIO-ES 31/10/1991

DATA DE INSTALAÇÃO
01/01/1993

ÁREA TERRITORIAL
285,495 KM²

CLIMA
TROPICAL DE ALTITUDE
MÁXIMA 28° E MÍNIMA 8°

MUNICÍPIOS LÍMITROFOS
DOMINGOS MARTINS,
ALFREDO CHAVES,
GUARAPARI E VIANA.

DISTÂNCIA DA CAPITAL
DO ESTADO (VITÓRIA):
48,6 KM

COLONIZAÇÃO
ALEMÃES, ITALIANOS, SUÍÇOS,
POLONESES, PORTUGUESES,
AUSTRIACOS, DESCENDENTES
DE NATIVOS E DESCENDENTES
DE AFRICANOS

LATITUDE SUL DE
40° 58' 80"

LONGITUDE OESTE DE
GREENWICH, DE 20°
24' 46' 80"

POPULAÇÃO (IBGE/2021)
17.141 PESSOAS

BASE ECONÔMICA
AGRICULTURA, CULTIVO DO CAFÉ,
AVICULTURA E A OLIVICULTURA

TURISMO
OS ASPECTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
SÃO FORTEMENTE INFLUENCIADOS
PELOS COSTUMES E TRADIÇÕES DOS
ALEMÃES E ITALIANOS E SE MANIFESTAM
NA ALIMENTAÇÃO, NA DANÇA, NA MÚSICA
E NA ARQUITETURA

GENTÍLICO:
FLORIANENSE

VIA DE ACESSO:
BR-262 E BR-101

REGIÃO:
SUDESTE SERRANA

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA
É CONSTITUÍDA PELOS DISTRITOS
DE ARAGUAYA, DE SANTA MARIA DE
MARECHAL, DA SEDE E DE VÍCTOR
HUGO, ESTE ÚLTIMO CRIADO PELA
LEI MUNICIPAL Nº 848 DE 28/08/2008



Deus seja
Louvado



Câmara Municipal de Marechal Floriano

**CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

PARECER FAVORÁVEL Nº 048/2025

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Data: 30 de julho de 2025

Processo: Projeto de Lei nº 049/2025

Assunto: Declaração do Rio Jucu – Braço Sul como Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Marechal Floriano-ES.

Membros da Comissão:

- **Presidente:** Martim Miguel Trarbach
- **Relator:** Reinaldo Valentin Frasson
- **Secretário:** Diogo Endlich de Oliveira

Análise:

A presente proposta objetiva declarar o Rio Jucu – Braço Sul como Patrimônio Cultural e Imaterial, reconhecendo não somente seu valor ambiental, mas também sua relevância histórica, paisagística e social para a comunidade de Marechal Floriano. O projeto fundamenta-se nos princípios de proteção do patrimônio cultural expressos na Constituição Federal, bem como na necessidade de incentivar a educação ambiental e o turismo sustentável. Ao consagrar o rio como patrimônio, a proposta propicia o engajamento cidadão e a realização de futuras ações de preservação, sem prejuízo da competência administrativa sobre o bem, mas sim como meio de valorização simbólica e integradora dos diversos aspectos que compõem a memória coletiva local.

Voto:

Em face dos elementos apresentados, esta Comissão manifesta-se FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 049/2025, recomendando sua tramitação e eventual promulgação.

Sala das Sessões, 30 de julho de 2025.

Assinam:


Martim Miguel Trarbach – Presidente da Comissão


Reinaldo Valentin Frasson – Relator


Diogo Endlich de Oliveira – Secretário da Comissão